



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Comitê Permanente de Gestão Estratégica

Núcleo de Estatística e de Gestão Estratégica

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Parcial – Exercícios 2016/2017/2018

Florianópolis, 04 de julho de 2019

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	4
DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL.....	5
OE1 – GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA	6
IE1 - Índice de garantia dos direitos da cidadania.....	6
OE2 – COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	9
IE2 - Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa.....	9
OE3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL	12
IE3 - Índice de fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	12
OE4 – CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	15
IE4 - Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	15
OE5 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO	18
IE5 - Índice de aperfeiçoamento da gestão da informação	18
OE6 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	20
IE6 - Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas	20
OE7 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	23
IE7 - Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária	23
OE8 – FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA.....	25
IE8 - Índice de fortalecimento da governança.....	25
OE9 – APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	29
IE9 - Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação	29

APRESENTAÇÃO

Este relatório de desempenho da estratégia institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina apresenta os resultados parciais do ciclo estratégico vigente, especificamente dos exercícios 2016, 2017 e 2018.

Trata-se de um dos artefatos do processo “Gerenciar Estratégia Institucional”, mapeado em conformidade com o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, instituído pela Res. TRESA n. 7.975/2018.

A Res. TRESA n. 7.976/2018 que alterou a Resolução TRESA n. 7.935/2015 (Planejamento Estratégico Institucional) assim dispôs:

"Art. 3- O CPGE incluirá, ao menos quadrimestralmente, a Análise da Estratégia nas pautas de suas reuniões ordinárias, para avaliação de resultados.

§ 1- Como parte da Análise da Estratégia, poderá o CPGE elaborar propostas de ajustes ao Planejamento Estratégico e às suas metas, bem como outras medidas necessárias à melhoria do desempenho de sua execução.

§2- O relatório de Análise da Estratégia produzido pelo CPGE será remetido ao Conselho de Governança Corporativa para avaliação de resultados e deliberação sobre propostas de ajustes."

Este relatório apresenta o mapa estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (contemplando a missão, visão de futuro e valores da Instituição), os 9 objetivos e respectivas descrições e os indicadores estratégicos e de apoio¹ que os compõem, apresenta também a análise dos resultados² do exercício 2018 realizada pelas unidades responsáveis pelas medições dos indicadores e as medidas de melhoria propostas para avaliação pelas instâncias internas de governança.

¹ A medição dos indicadores é realizada anualmente e considera o período 01/01 a 31/12 de cada exercício.

² Para facilitar a visualização, foi alterada para vermelha a cor referente ao gráfico e rótulo dos resultados dos indicadores que não atingiram a meta definida para o período.

MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

2016 **Visão de futuro:** Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança. **2021**

Valores:

Coerência	Comprometimento	Ética
Flexibilidade	Inovação	Integração
Reconhecimento	Respeito	Transparência

Sociedade

Garantia dos direitos da cidadania

Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Processos Internos

Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Aperfeiçoamento da gestão da informação

Pessoas e Recursos

Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

Fortalecimento da governança

Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação

DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O desempenho da estratégia institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é medido com base no alcance das metas de cada objetivo do Planejamento Estratégico Institucional, instituído pela Res. TRE-SC n. 7.935/2015.

Após a reformulação dos indicadores estratégicos ocorrida em 2016, foram estabelecidos 9 indicadores, um para cada objetivo estratégico. Os indicadores estratégicos são calculados conforme indicadores de apoio selecionados para cada objetivo, com pesos iguais ou diferenciados em especificidades de anos eleitorais e anos não eleitorais. Os indicadores possibilitam avaliar, de forma objetiva, a evolução da execução do ciclo estratégico no TRE-SC.

Em 2018, tendo em vista a necessidade de ampliação da vigência do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em 1 ano (2016 a 2021), conforme deliberado pelo Conselho de Governança Corporativa na reunião ocorrida em 28 de junho, foi elaborada uma proposta revisional dos indicadores do Planejamento Estratégico.

A minuta do documento foi construída colaborativamente com as unidades e comissões responsáveis pelas medições dos indicadores e analisada pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e Comitê Permanente de Integração e Comunicação (CPCI) e disponibilizada para o público interno da Justiça Eleitoral catarinense para envio de sugestões.

A proposta contemplou a revisão de metas dos indicadores estratégicos e de apoio, incluindo o ajuste referente à ampliação do período e também circunstâncias ambientais internas e externas previstas para o período 2018-2021. Além disso, considerou as medidas de melhoria sugeridas pelas unidades ao longo dos exercícios 2016 e 2017.

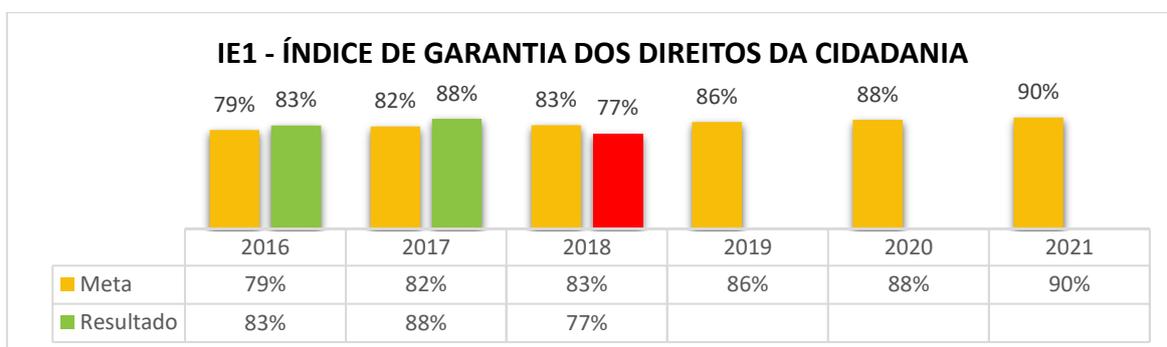
O resultado foi aprovado pelo Conselho de Governança Corporativa e submetido pela Presidência ao Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e originou a Res. TRESC n. 7.991/2018.

OE1 – GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando o acesso à informação, práticas sustentáveis e acessibilidade.

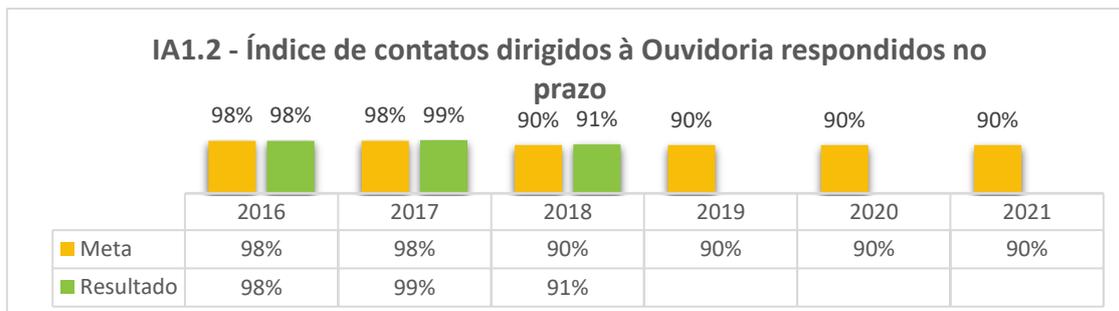
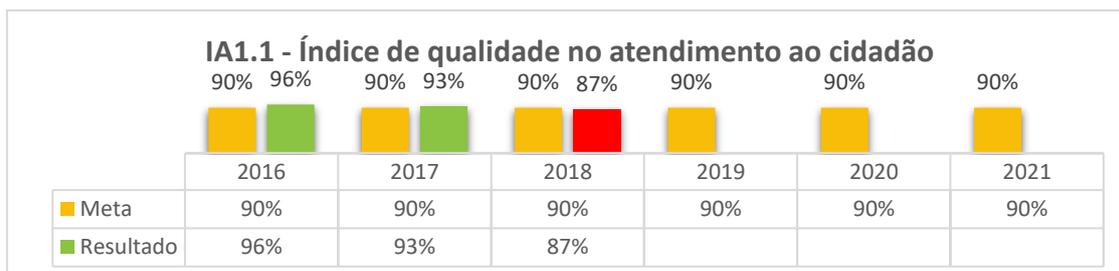
IE1 - Índice de garantia dos direitos da cidadania

Situação atual:

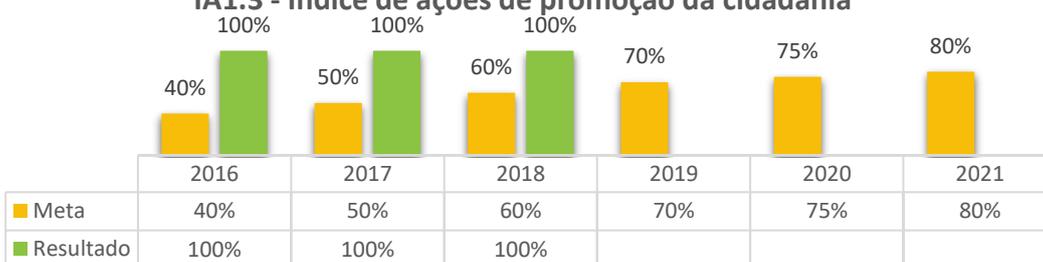


Composição:

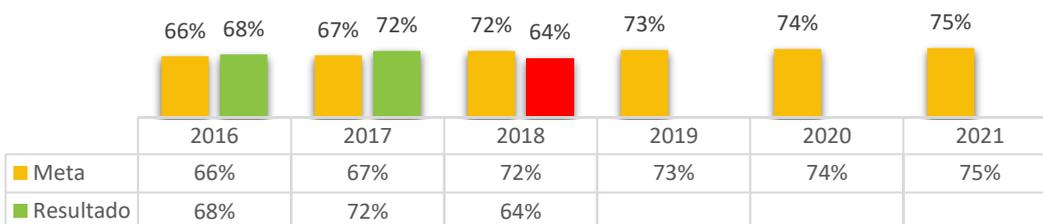
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



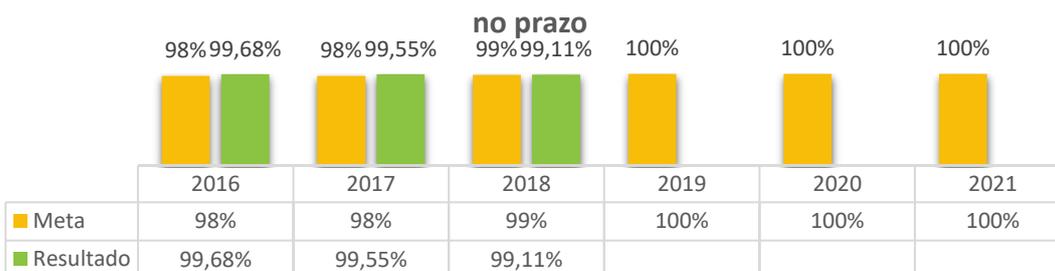
IA1.3 - Índice de ações de promoção da cidadania



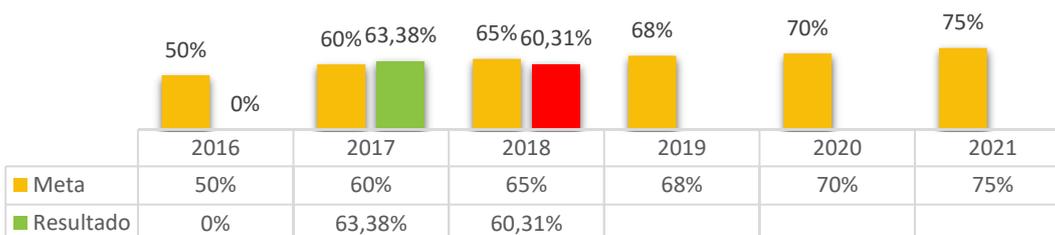
IA1.4 - Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRE-SC



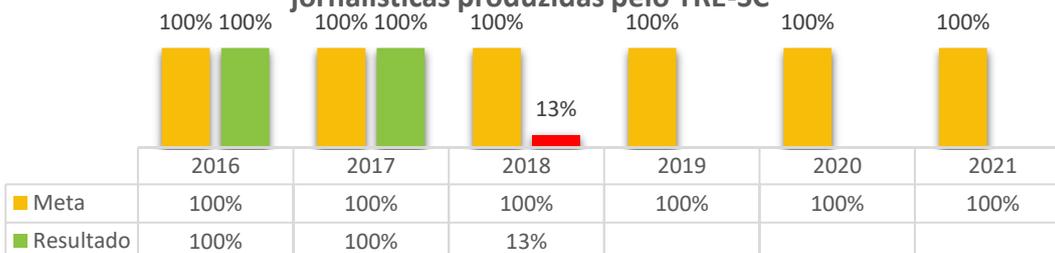
IA1.5 - Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo

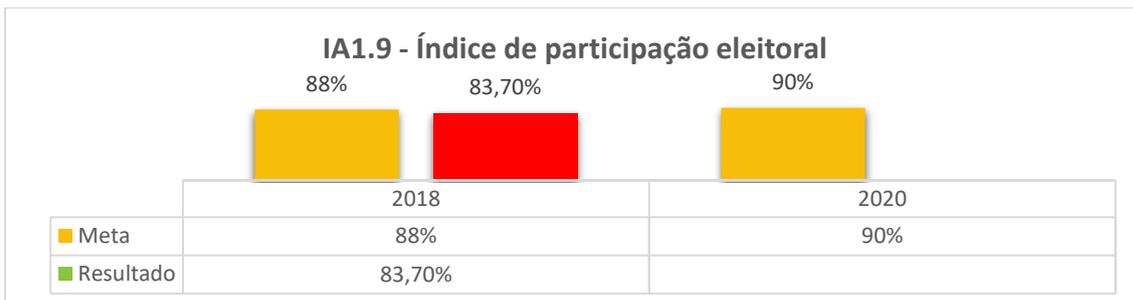
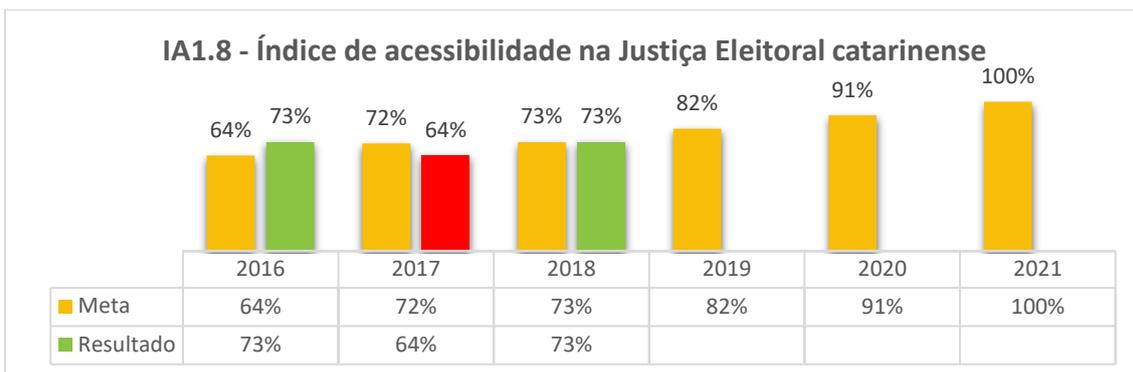


IA1.6 - Índice de desempenho do plano de logística sustentável



IA1.7 - Quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC





Análise dos resultados:

Em 2018 houve superação das metas estabelecidas para a tempestividade de respostas dirigidas à Ouvidoria e ao SIC, também nas ações de promoção da cidadania. Quanto à acessibilidade na Justiça Eleitoral de Santa Catarina alcançamos a meta definida para o exercício. O resultado que mais contribuiu para não alcançarmos a meta estabelecida para o objetivo estratégico refere-se ao corte orçamentário do contrato da empresa de clipagem, com forte impacto na medição do índice de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC e que merecerá adoção de medida de melhoria para o próximo exercício.

Medidas de melhoria propostas:



- ✓ Consultar as unidades para avaliação de eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Força de trabalho em quantidade inadequada para atendimento ao cidadão em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017.

OE2 – COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.

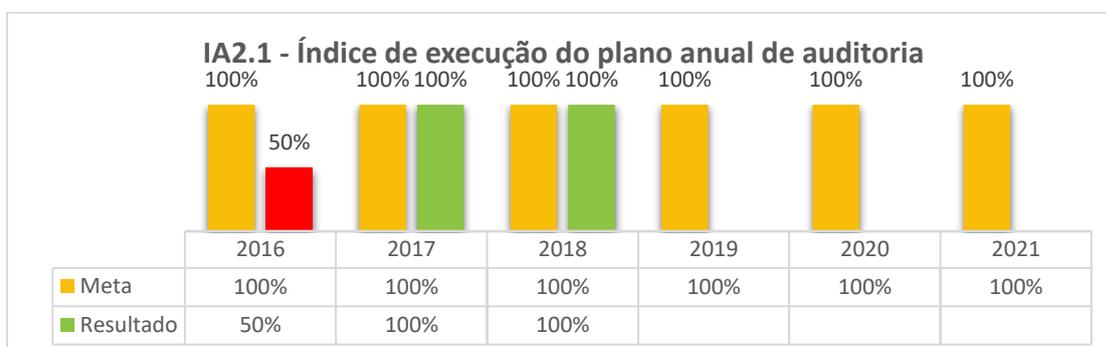
IE2 - Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa

Situação atual:

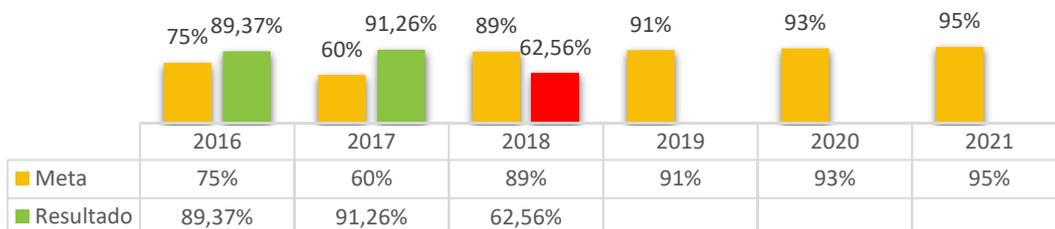


Composição:

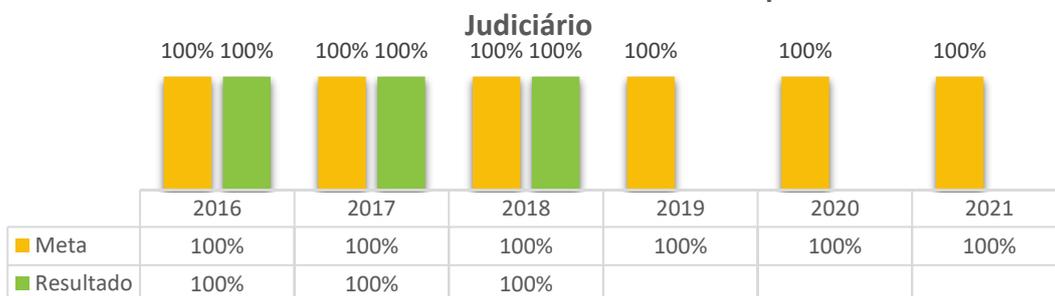
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



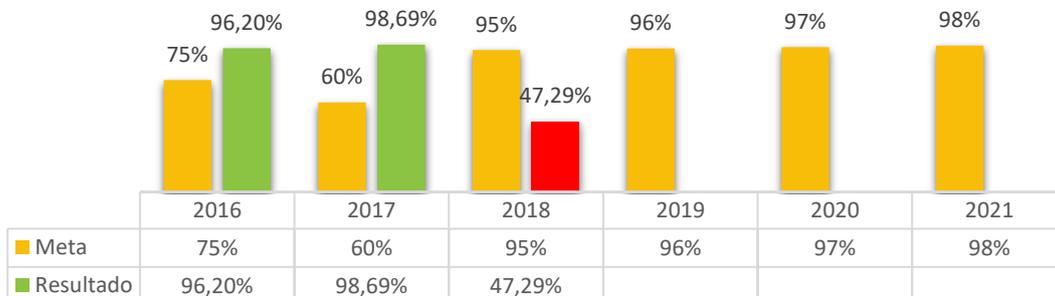
IA2.2 - Índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das Inelegibilidades



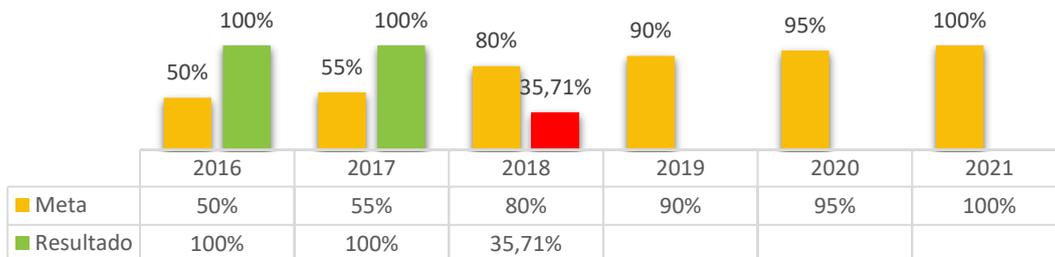
IA2.3 - Índice de atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário



IA2.4 - Índice de julgamento de processos prioritários



IA2.5 - Índice de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno



Análise dos resultados:

Em 2018 alcançamos a meta de execução do plano anual de auditoria e de atendimento a Lei da Ficha limpa do Poder Judiciário, entretanto 3 índices contribuíram para não alcançarmos a meta estabelecida para o objetivo: IA2.2, IA2.4 e IA2.5 e os fatores decorreram da suspensão de implementação de recomendações de auditoria em razão de restrição orçamentária, o que impactou 5 recomendações de auditorias (IA2.5) e metas superestimadas para a primeira instância da Justiça Eleitoral referentes aos índices IA2.2 e IA2.4 e que merecerão adoção de medidas de melhoria para o próximo exercício.

Medidas de melhoria propostas:



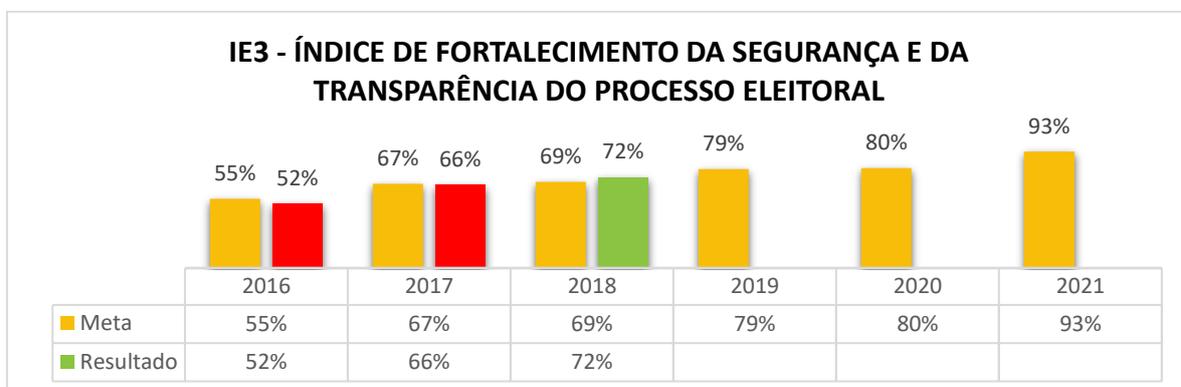
- ✓ Consultar as unidades para avaliação de eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Força de trabalho insuficiente para implementar as recomendações de auditoria no prazo e em demanda crescente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;
- ✓ Implantar o Processo Judicial Eletrônico na primeira instância, promovendo a celeridade no julgamento de processos prioritários.

OE3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

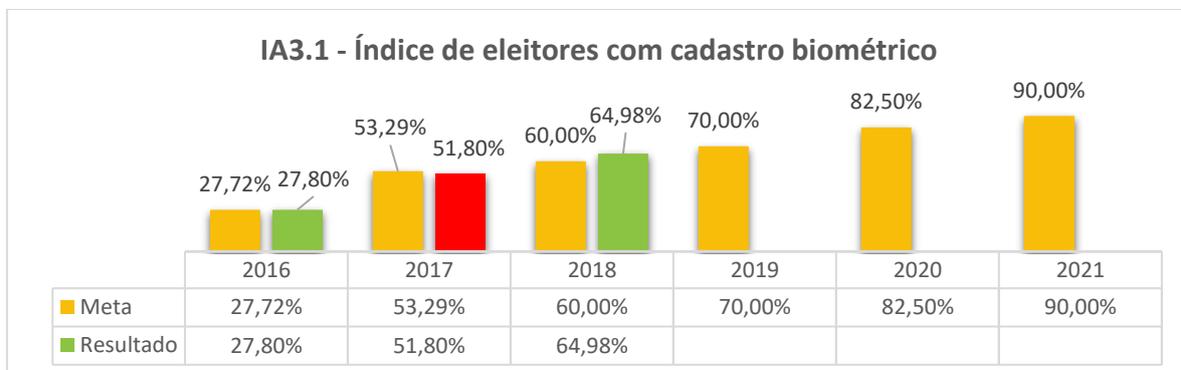
IE3 - Índice de fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

Situação atual:

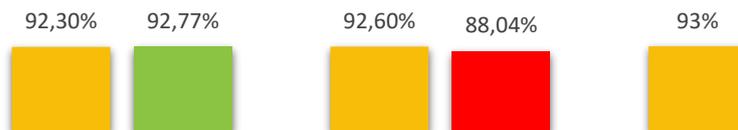


Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:

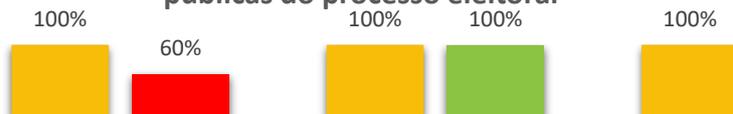


IA3.2 - Índice de reconhecimento biométrico do eleitor



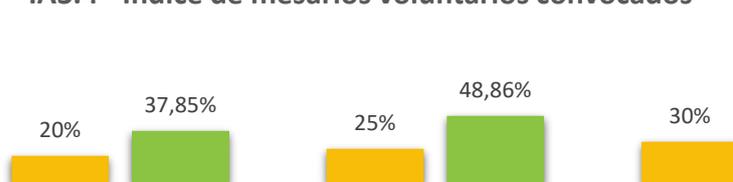
	2016	2018	2020
■ Meta	92,30%	92,60%	93%
■ Resultado	92,77%	88,04%	

IA3.3 - Quantitativo de entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral



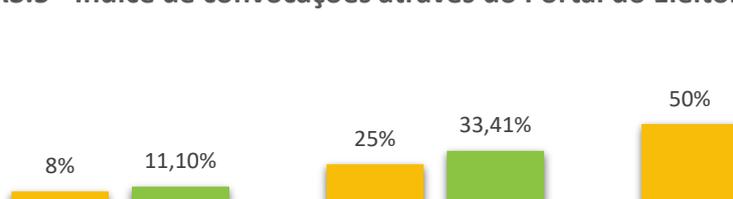
	2016	2018	2020
■ Meta	100%	100%	100%
■ Resultado	60%	100%	

IA3.4 - Índice de mesários voluntários convocados



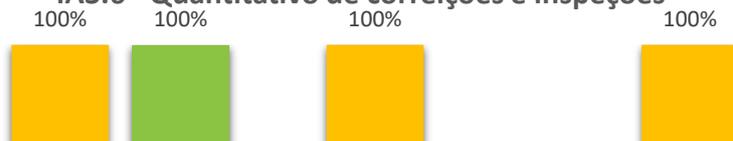
	2016	2018	2020
■ Meta	20%	25%	30%
■ Resultado	37,85%	48,86%	

IA3.5 - Índice de convocações através do Portal do Eleitor



	2016	2018	2020
■ Meta	8%	25%	50%
■ Resultado	11,10%	33,41%	

IA3.6 - Quantitativo de correções e inspeções



	2017	2019	2021
■ Meta	100%	100%	100%
■ Resultado	100%		

Análise dos resultados:

Diferentemente do que ocorreu nos exercícios 2016 e 2017 em 2018 superamos a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Os índices que contribuíram para o resultado positivo: IA3.1: superamos a meta de cadastramento biométrico de eleitores, IA3.3, alcançamos o quantitativo estabelecido como meta para as entidades participantes no processo eleitoral; IA3.4 e IA3.5: superamos o número de mesários voluntários convocados e de convocações realizadas através do Portal do Eleitor. Em relação ao IA3.3 o valor ficou levemente abaixo da meta principalmente em função da importação dos dados biométricos do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina (IGP) e por ser a primeira eleição em que todos municípios utilizaram a identificação biométrica. Nas próximas eleições as digitais importadas e não reconhecidas não farão parte do cadastro eleitoral fazendo com que o indicador convirja para o valor esperado.

Medidas de melhoria propostas:



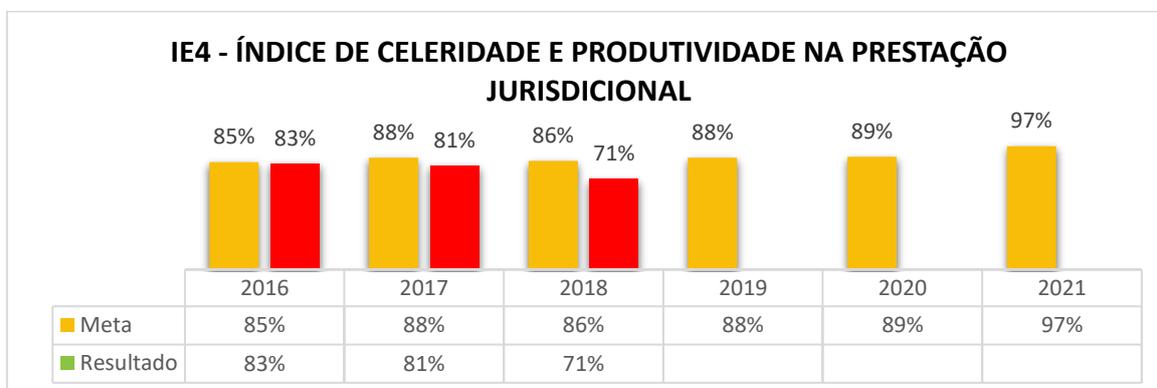
- ✓ Consultar as unidades para avaliação de eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente ao principal desafio: Desconhecimento do eleitor sobre o funcionamento do processo eleitoral e da urna eletrônica gerando desconfiança e descrédito da Sociedade na Justiça Eleitoral

OE4 – CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

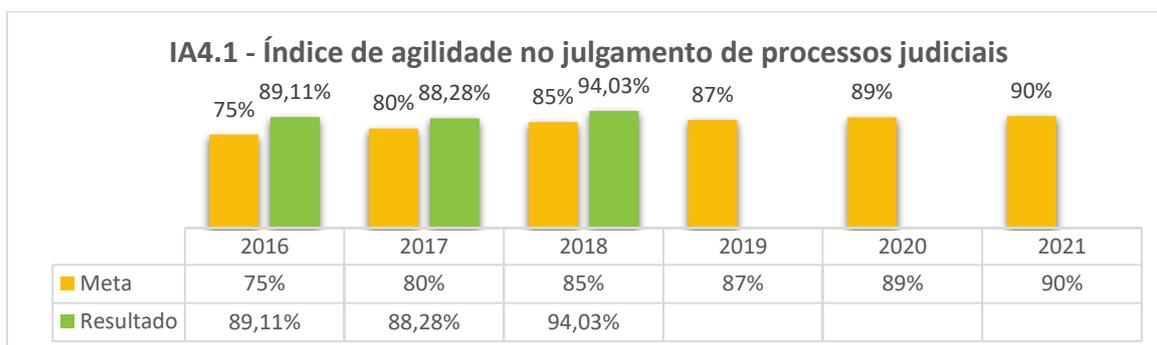
IE4 - Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Situação atual:

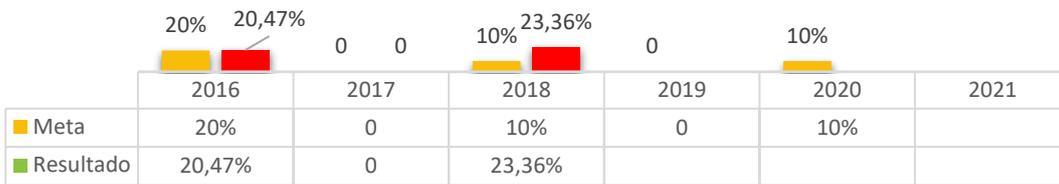


Composição:

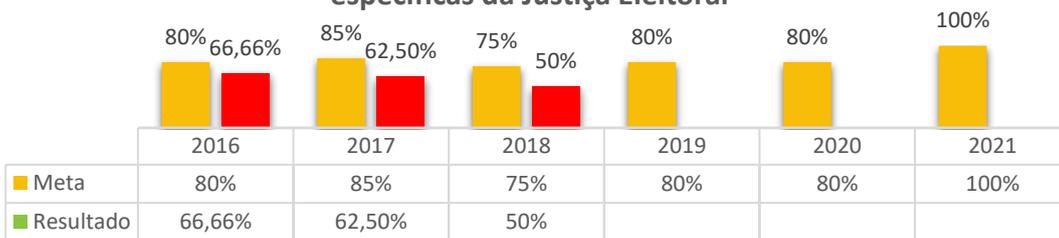
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



IA4.2 - Índice de congestionamento líquido



IA4.3 - Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral



Análise dos resultados:

Em 2018 superamos a meta estabelecida para o IA4.1 – índice que mede a agilidade de julgamento de processos judiciais. Entretanto, o resultado dos indicadores IA4.2 e IA4.3 ficaram aquém da meta, prejudicando o desempenho do objetivo estratégico também no exercício 2018 e isso deveu-se ao acúmulo de processos em ano eleitoral. É importante destacar a necessidade de ser dado tratamento diferenciado quanto aos processos em trâmite em anos eleitorais e anos não eleitorais, haja vista o grande número de ações que entram no ano de eleição e ao IA4.3 – julgamento de processos de grande complexidade e em prazos inviáveis de cumprimento da meta definida. Esse resultado merecerá adoção de medidas de melhoria para aperfeiçoamento do resultado no próximo exercício.

Medidas de melhoria propostas:



- ✓ Consultar as unidades para avaliação de eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Julgamento de processos de grande complexidade em prazos inviáveis de cumprimento da meta definida (3 meses para recursos e 6 meses para originários), especialmente em ano eleitoral, força de trabalho insuficiente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de

restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;

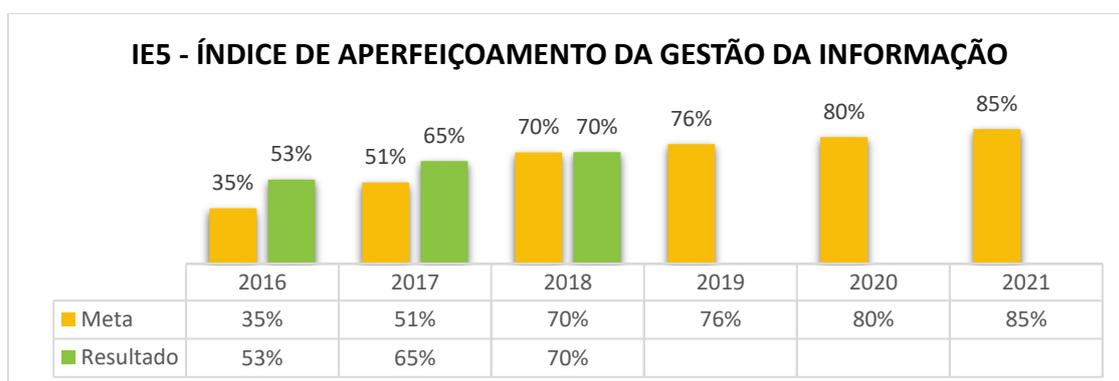
- ✓ Implantar o Processo Judicial Eletrônico na primeira instância, promovendo a celeridade no julgamento dos processos judiciais e administrativos.

OE5 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Refere-se ao estabelecimento de políticas e práticas para a efetivação da gestão da informação alinhada às normativas legais e adequada às necessidades do Tribunal, visando à transparência pública, ao acesso à informação e à eficiência e eficácia de processos de trabalho. Objetiva implementar um sistema de arquivos e um repositório para documentos e informações corporativas (conteúdos textuais e multimídia) e desenvolver e implantar processos de gestão do conhecimento (relacionados com a criação, captura, armazenamento e disseminação do conhecimento corporativo), além de prover padrões abertos para a publicação de documentos.

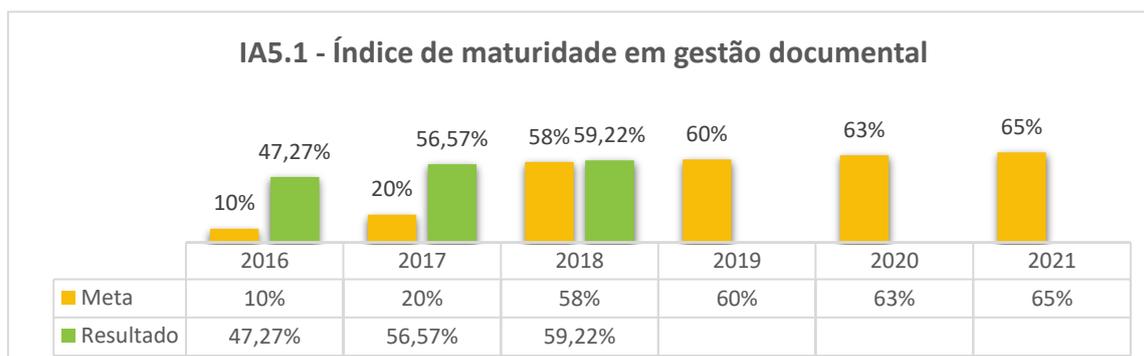
IE5 - Índice de aperfeiçoamento da gestão da informação

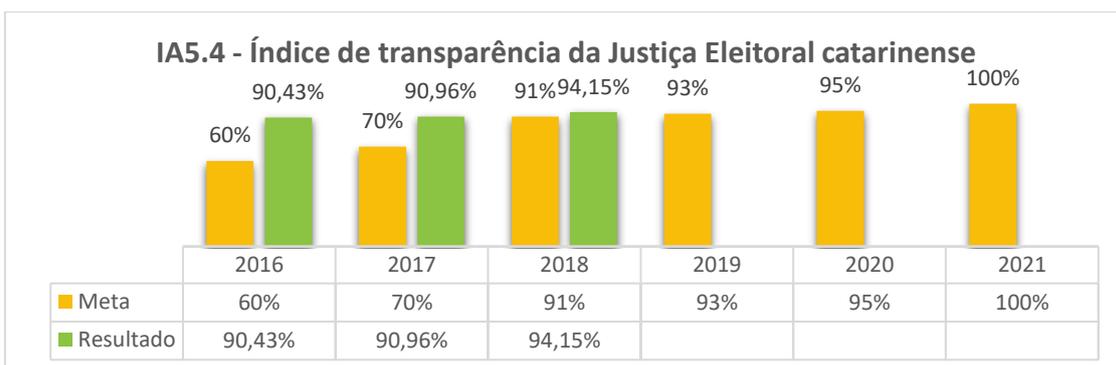
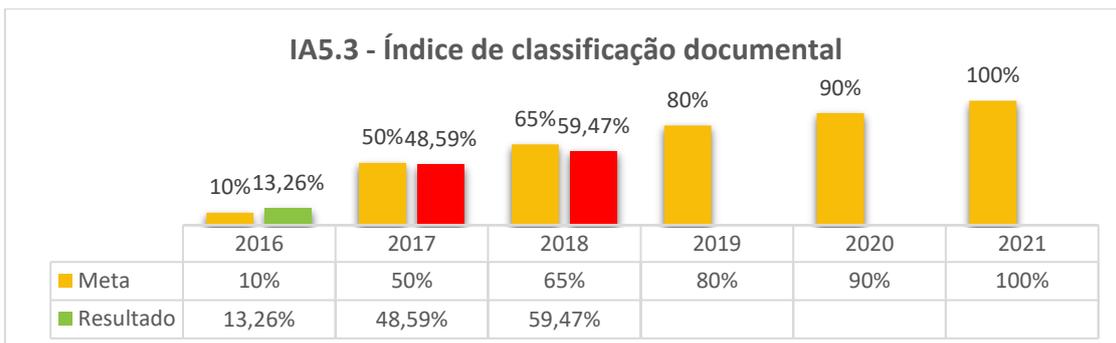
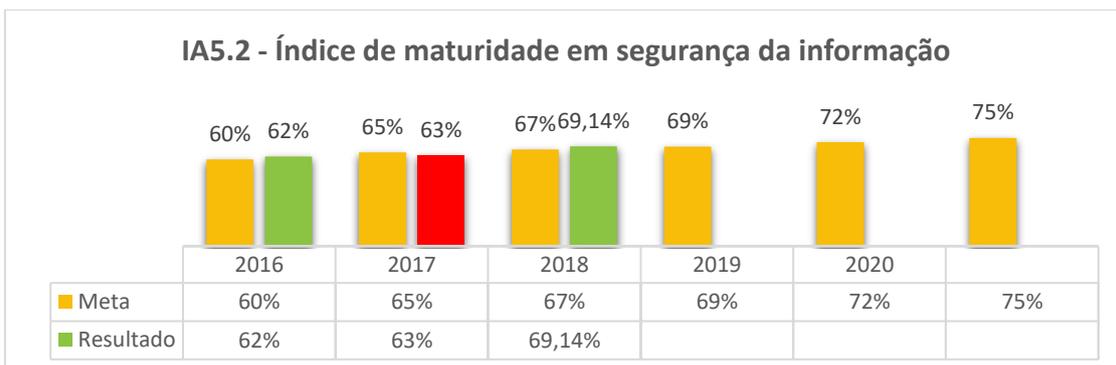
Situação atual:



Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:





Análise dos resultados:

Em 2018 alcançamos a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Os índices que contribuíram para o resultado positivo no exercício IA5.1, IA5.2 e IA5.4, evoluímos na maturidade em gestão documental, na maturidade em segurança da informação e na transparência da Justiça Eleitoral catarinense. Em relação a classificação documental, medida pelo IA5.3, a meta não foi alcançada no exercício em razão de que apenas 130 (68,42%) das 190 unidades consultadas responderam ao levantamento de informações realizado, ou seja, para o cálculo, foi considerado que 60 unidades (31,58%) não realizaram a classificação documental, fato que deslocou o resultado obtido para baixo.

Medidas de melhoria propostas:

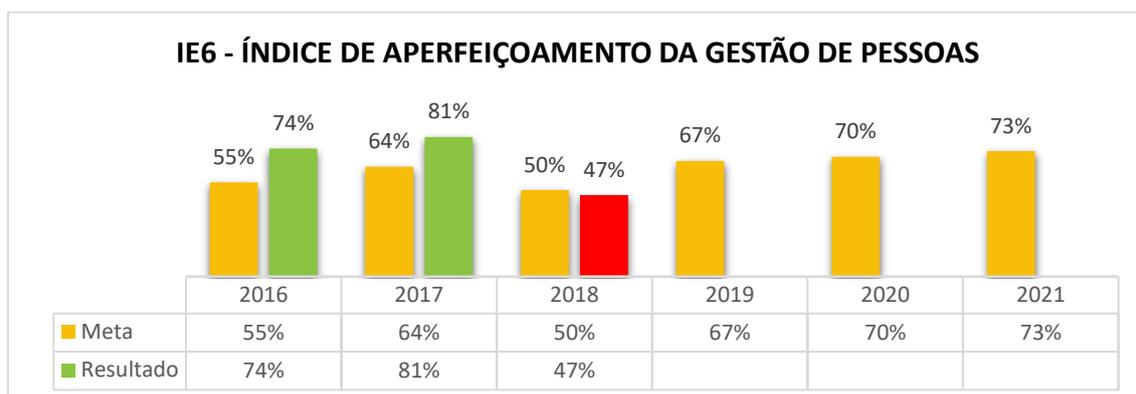
- ✓ Consultar a unidade responsável pelo indicador IA5.3 para avaliação de eventuais ajustes no indicador de apoio para que reflita a realidade da Instituição quanto a classificação documental.

OE6 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRESA. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

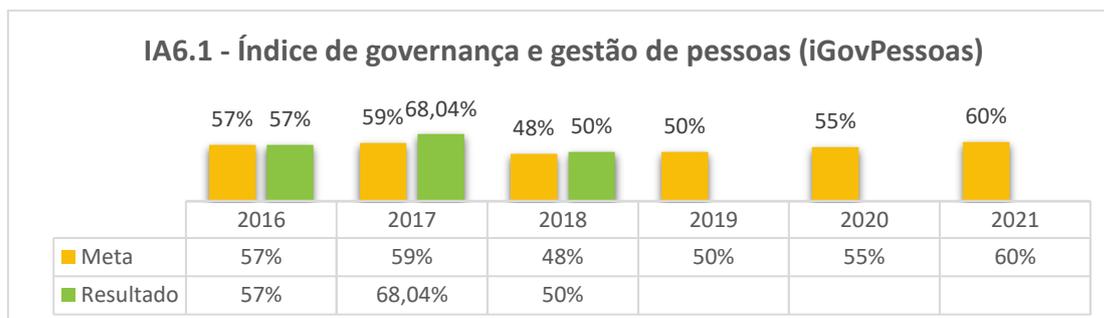
IE6 - Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas

Situação atual:

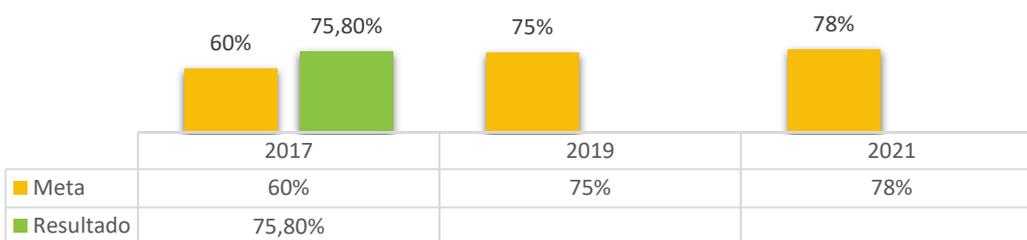


Composição:

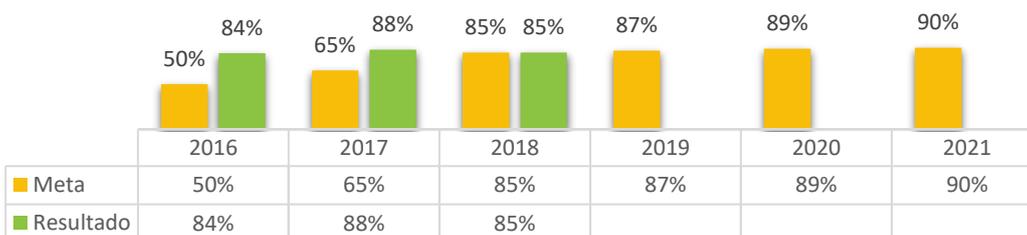
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



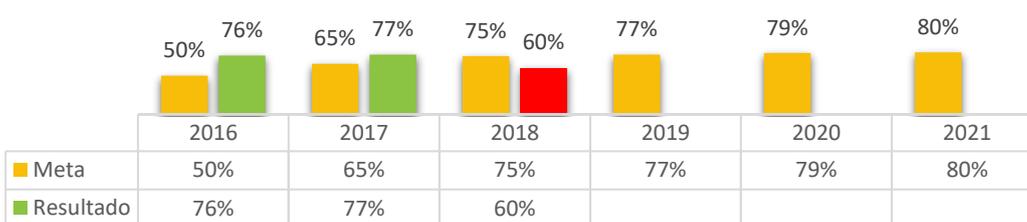
IA6.2 - Índice do clima organizacional



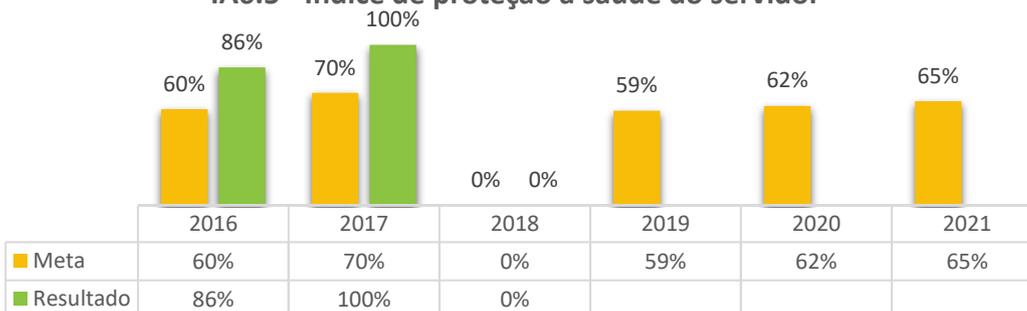
IA6.3 - Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento



IA6.4 - Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento



IA6.5 - Índice de proteção à saúde do servidor



Análise dos resultados:

Em 2018 superamos a meta para o IA6.1 - Índice de governança e gestão de pessoas (iGovPessoas) e alcançamos a meta estabelecida para o IA6.3 – Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento, apesar dos resultados positivos nesses índices, não conseguimos alcançar a meta estabelecida para o objetivo estratégico no exercício e isso deveu-se principalmente em razão do corte orçamentário para a realização de capacitação e também em razão da forma de elaboração do plano que comprometeu a meta, tornando-a inalcançável o que demandará ajustes para o próximo exercício. Foi suspensa a medição neste exercício do IA6.5, motivada pela necessidade em se manter uma reserva orçamentária para a alteração do contrato de plano de saúde dos servidores.

Medidas de melhoria propostas:



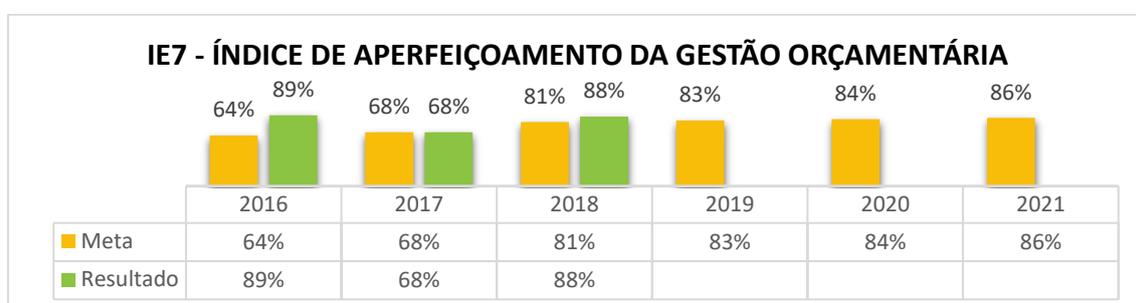
- ✓ Consultar as unidades para avaliação de eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente ao principal desafio: Força de trabalho insuficiente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;
- ✓ Sugere-se a repetição do resultado alcançado do indicador IA6.1 - Índice de governança e gestão de pessoas (iGovPessoas) no exercício 2018 em 2019 frente à informação no site do Tribunal de Contas da União de que o próximo levantamento está previsto para ocorrer em 2020;
- ✓ Sugere-se a repetição do resultado alcançado pelo indicador IA6.2 - Índice do clima organizacional no exercício 2018 em 2019 caso não seja possível a realização da pesquisa de clima organizacional.

OE7 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

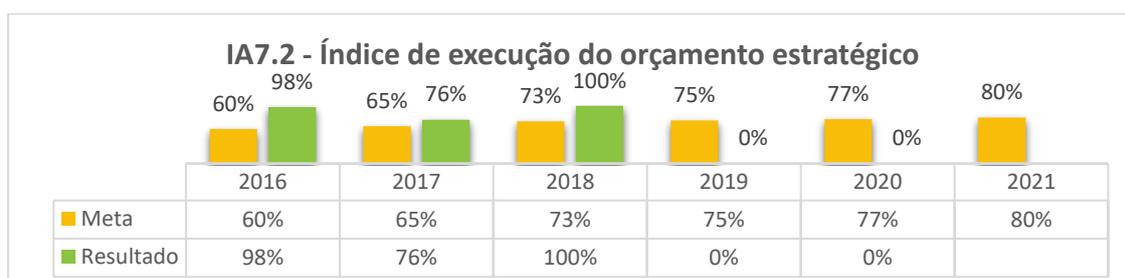
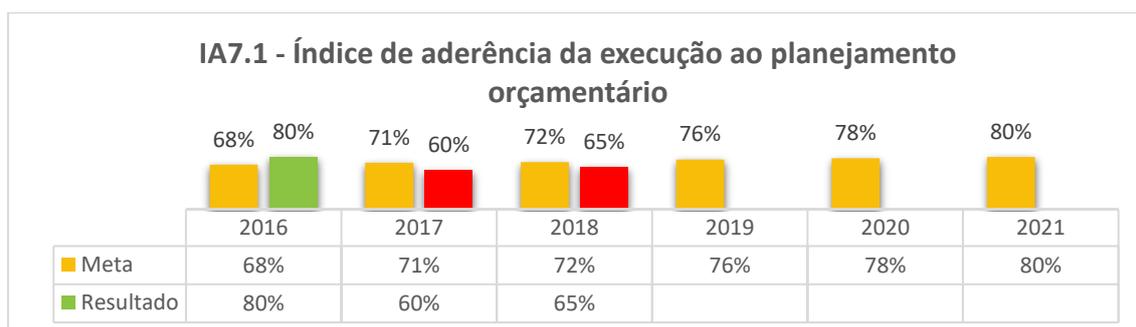
IE7 - Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária

Situação atual:



Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:





Análise dos resultados:

Em 2018 superamos a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Contribuíram para o resultado positivo os índices: IA7.2 -Índice de execução do orçamento estratégico e o IA7.3 – Índice de economia com a realização de pregões, incluído a partir deste exercício. Em relação ao índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário, neste exercício o planejamento orçamentário não correspondeu ao efetivamente executado em decorrência de variáveis externas não previstas. Dentre estas variáveis destaca-se o contingenciamento de crédito orçamentário no valor de R\$ 820.616,00 (oitocentos e vinte mil, seiscentos e dezesseis reais), sendo R\$ 730.616,00 (setecentos e trinta mil, seiscentos e dezesseis reais) no orçamento de custeios e R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) no orçamento de investimentos e o pagamento de despesas com limpeza e conservação de imóveis, locação de imóveis e manutenção predial em valores acima do previsto o que demandou o remanejamento orçamentário de outros itens programados.

Medidas de melhoria propostas:



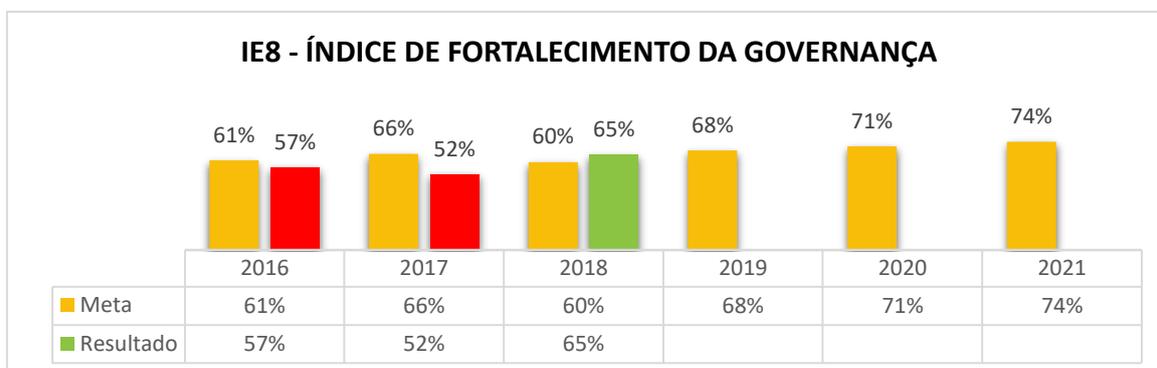
- ✓ Consultar as unidades para avaliação de eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente ao principal desafio: Força de trabalho insuficiente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;

OE8 – FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA

Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRESA, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.

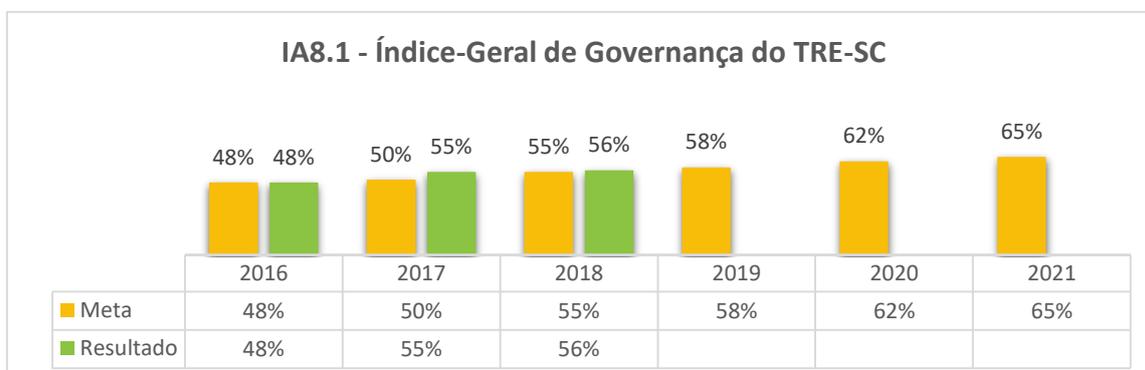
IE8 - Índice de fortalecimento da governança

Situação atual:

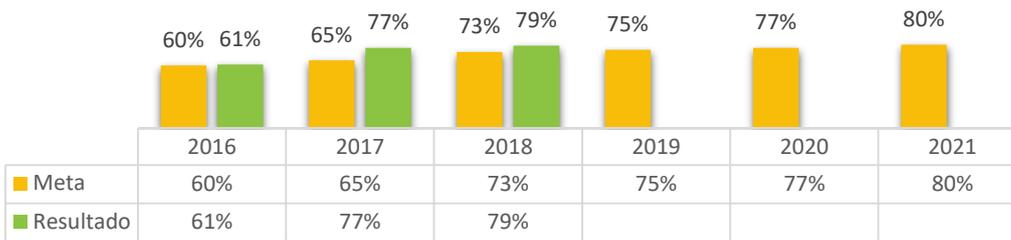


Composição:

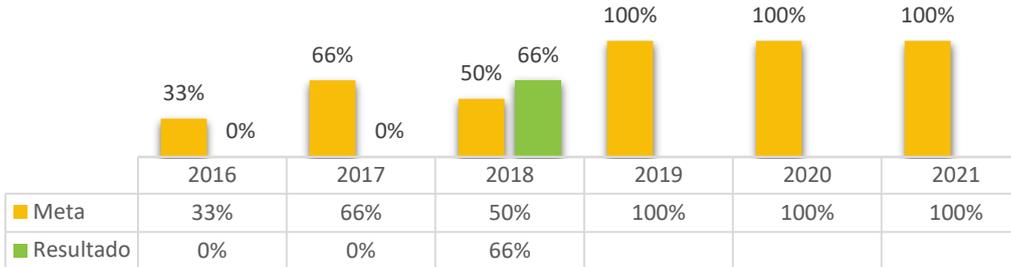
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



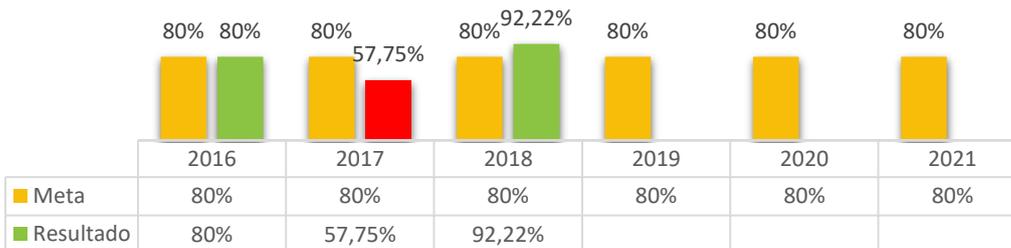
IA8.2 - Índice de iniciativas estratégicas implementadas



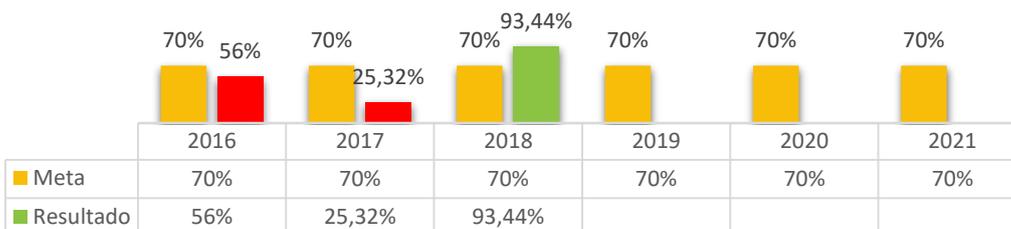
IA8.3 - Índice de gestão estratégica participativa



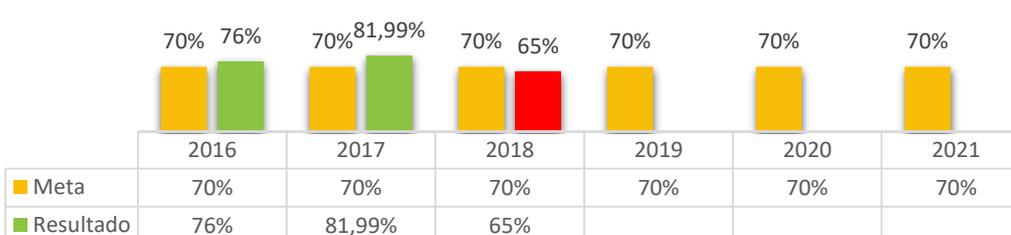
IA8.4 - Índice de adequação ao planejamento de contratações



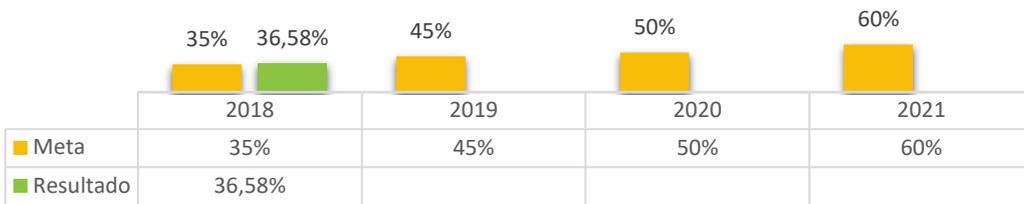
IA8.5 - Índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações



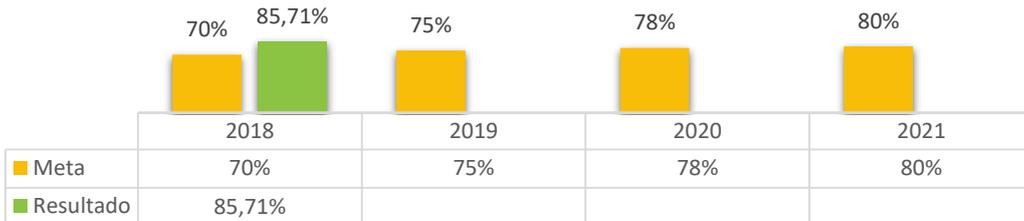
IA8.6 - Índice de agilidade nas modalidades de contratações



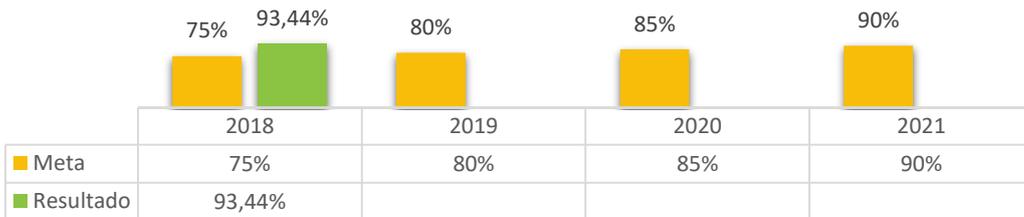
IA8.7 - Índice de maturidade em gestão de riscos



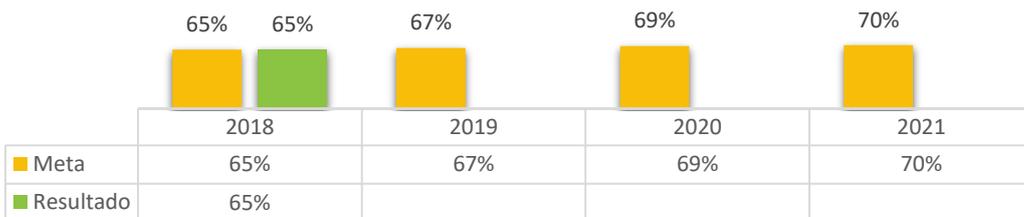
IA8.8 - Índice de satisfação com os trabalhos de auditoria interna



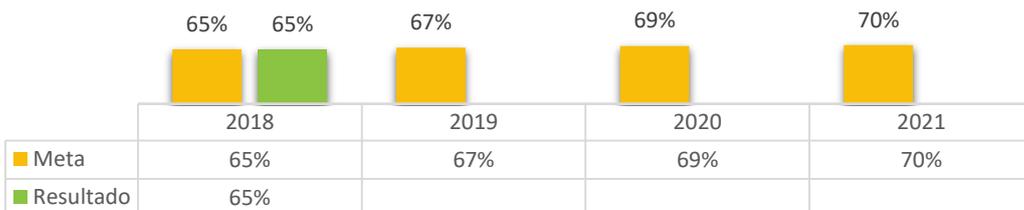
IA8.9 - Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria interna realizados



IA8.10 - Índice de mapeamento dos processos de trabalho identificados na cadeia de valor



IA8.11 - Índice de governança e gestão de contratações (iGovContrat)



Análise dos resultados:

Em 2018 superamos a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Contribuíram para o resultado positivo a superação dos índices que medem a governança geral do TRE-SC, as iniciativas estratégicas implementadas, a adequação ao planejamento das contratações, a agilidade nas modalidades de contratações, a maturidade em gestão de riscos, a satisfação e qualidade com os trabalhos realizados pela auditoria interna, o mapeamento de processos de trabalho e o governança e gestão de contratações. Em relação ao IA8.5, apesar do não atingimento da meta verifica-se uma considerável melhora no desempenho em relação ao exercício 2017, resultado do processo de aprendizado relativo às práticas estabelecidas pela Portaria P n. 094/2017, que estabeleceu o processo formal de trabalho das contratações do TRESC, de modo que a expectativa é de que esse desempenho continue em ascensão nos próximos exercícios.

Medidas de melhoria propostas:



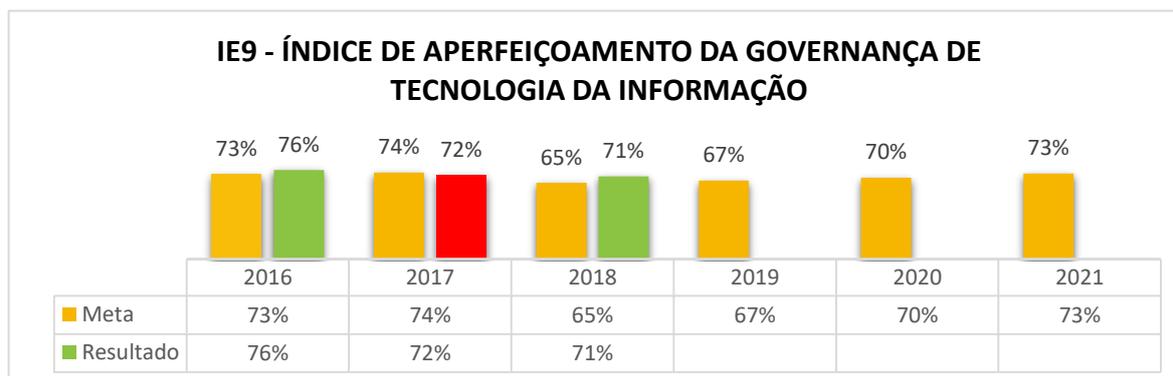
- ✓ Consultar as unidades para avaliação de eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente ao principal desafio: Força de trabalho insuficiente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;
- ✓ Sugere-se a repetição do resultado alcançado do indicador IA8.1 - Índice-Geral de Governança do TRE-SC (IGG) no exercício 2018 em 2019 frente à informação no site do Tribunal de Contas da União de que o próximo levantamento está previsto para ocorrer em 2020, com adequação da meta para este exercício;
- ✓ Sugere-se a repetição do resultado alcançado do indicador IA8.11 - Índice de governança e gestão de contratações (iGovContrat) no exercício 2018 em 2019 frente à informação no site do Tribunal de Contas da União de que o próximo levantamento está previsto para ocorrer em 2020, com adequação da meta para este exercício;
- ✓ Sugere-se a revisão da fórmula e/ou da meta dos indicadores de apoio IA8.8 - Índice de satisfação com os trabalhos de auditoria interna e IA8.9 - Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria interna realizados visto que o resultado inicial dos indicadores incluídos para medição a partir do exercício 2018 já superou a meta prevista para o exercício 2021.

OE9 – APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Visa orientar a utilização dos instrumentos de Tecnologia da Informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

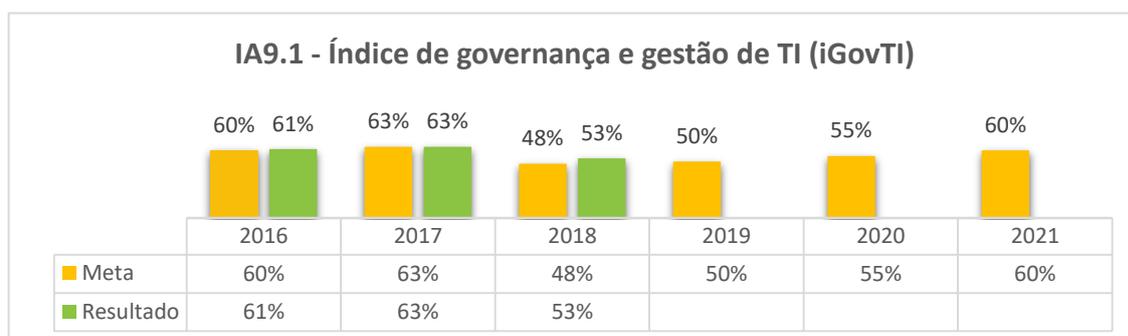
IE9 - Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação

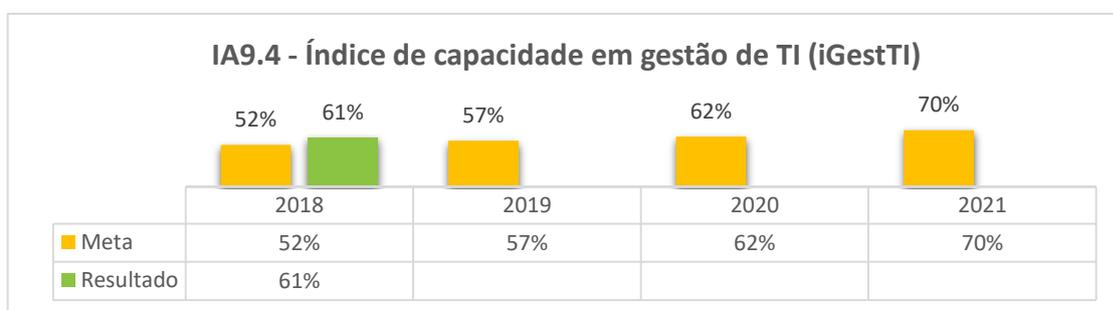
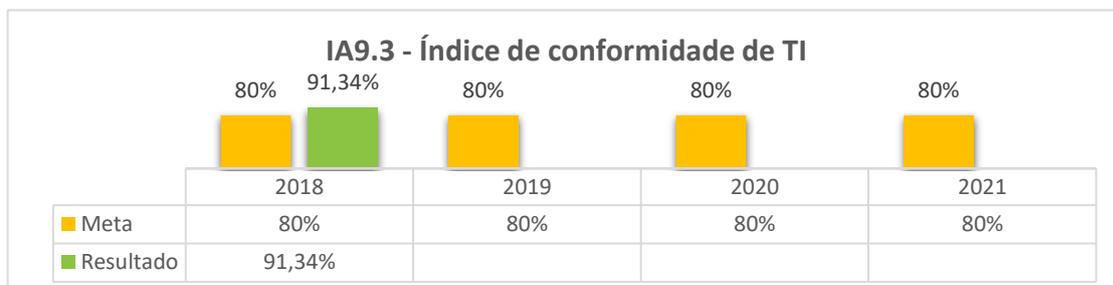
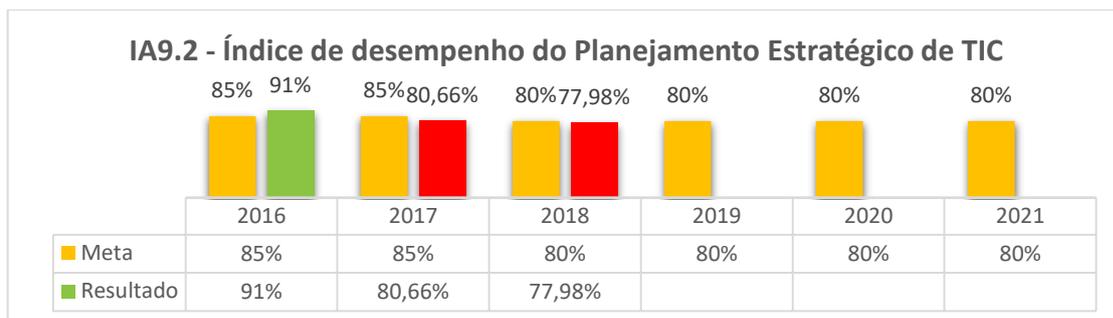
Situação atual:



Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:





Análise dos resultados:

Em 2018 superamos a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Os índices que superaram as metas estabelecidas para o exercício e contribuíram para o resultado positivo: IA9.1 – índice de governança e gestão de TI (iGovTI), IA9.3 – Índice de conformidade de TI e o IA9.4 – Índice de capacidade em gestão de TI (iGestTI). Em relação ao IA9.2 – índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC, ficou um pouco aquém da meta e isso ocorreu devido ao reflexo do Índice de aderência do PACD às necessidades de TIC que não atingiu a meta estabelecida para este exercício.

Medidas de melhoria propostas:



- ✓ Consultar as unidades para avaliação de eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente ao principal desafio: Força de trabalho insuficiente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;

- ✓ Sugere-se a repetição do resultado alcançado do indicador IA9.1 - Índice de governança e gestão de TI (iGovTI) no exercício 2018 em 2019 frente à informação no site do Tribunal de Contas da União de que o próximo levantamento está previsto para ocorrer em 2020;
- ✓ Sugere-se a repetição do resultado alcançado do indicador IA9.4 - Índice de capacidade em gestão de TI (iGestTI) no exercício 2018 em 2019 frente à informação no site do Tribunal de Contas da União de que o próximo levantamento está previsto para ocorrer em 2020;